



# BANCO DA AMAZÔNIA

## FNO FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORTE

(LEIS Nº 7.827/1989, Nº 9.126/1995 e Nº 10.177/2001)

## RELATÓRIO DE GESTÃO Exercício 2004



<b>1 NATUREZA E PLANEJAMENTO DO FNO</b>	<b>3</b>
<b>2 PROGRAMAS DE FINANCIAMENTO DO FNO</b>	<b>3</b>
<b>3. RESULTADOS ESPERADOS</b>	<b>6</b>
3.1 Metas físicas e financeiras	8
3.2 Objetivos	9
<b>4 MOVIMENTAÇÃO DE RECURSOS</b>	<b>10</b>
<b>5 DESEMPENHO OPERACIONAL</b>	<b>11</b>
<b>6 RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>18</b>
<b>7 RESULTADO FISCAL</b>	<b>18</b>
<b>8 AÇÕES VISANDO REDUÇÃO DA INADIMPLÊNCIA</b>	<b>19</b>
<b>9 IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS</b>	<b>20</b>
9.1. Crescimento econômico	21
9.2. Incentivo à pesca e aquicultura	21
9.3. Prioridade ao pequeno produtor/empresário	21
9.4. Fortalecimento da agricultura familiar	22
9.5. Fortalecimento das parcerias institucionais	22
9.6. Projeto estratégico	23
<b>10 METODOLOGIA PARA AFERIÇÃO DE RESULTADOS</b>	<b>24</b>
<b>11 AÇÕES VOLTADAS PARA ATIVIDADES PRODUTIVAS DESENVOLVIDAS POR MINI E PEQUENOS EMPREENDEDORES</b>	<b>25</b>
<b>12 AÇÕES DE SUPORTE À EFICIÊNCIA DO CRÉDITO</b>	<b>26</b>
<b>13 NORMAS PARA ESTRUTURAÇÃO E PADRONIZAÇÃO DOS BALANÇOS</b>	<b>27</b>
<b>14 ATENDIMENTO ÀS RECOMENDAÇÕES DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE</b>	<b>27</b>
<b>15 ACOMPANHAMENTO DE ACÓRDÃO Nº 175/2002 - TCU</b>	<b>27</b>

## FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORTE

### RELATÓRIO DE GESTÃO

#### Exercício de 2004

O Banco da Amazônia S.A., em observância à Norma de Execução N° 004, de 22.12.2004, apresenta o *Relatório de Gestão* do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), compondo o processo de Prestação de Contas do Exercício de 2004.

#### **1 Natureza e planejamento do FNO**

O Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) foi instituído pelo artigo 159, inciso I, alínea "c", da Constituição Federal e regulamentado pela Lei n° 7.827, de 27/09/1989, com alterações das Leis n.º 9.126, de 10/11/1995 e n° 10.177, de 12/01/2001. A administração de seus recursos cabe regionalmente ao Banco da Amazônia.

A aplicação dos recursos observa o planejamento elaborado sob o enfoque participativo, envolvendo entidades representativas dos setores público e privado, identificando prioridades e os papéis de cada ator no desenvolvimento regional, visando alcançar a eficiência alocativa, bem como solucionar problemas estruturais internos detectados nos Estados.

Para o período 2004-2006, a estratégia de planejamento se mantém voltada para a criação e fortalecimento dos arranjos produtivos locais, buscando elevação da competitividade dos diversos setores econômicos regionais. Esta ação incentiva a cooperação entre os agentes produtivos, por meio da concessão de financiamentos, prioritariamente às atividades e municípios que estejam organizados em Arranjos Produtivos Locais, sem prejuízo dos demais espaços econômicos da Região.

A busca de novas alternativas de produção e gestão mais moderna, implementando processos contínuos de mudanças tecnológicas e administrativas, aumentando a produtividade e minimizando custos de produção e de transações se mantém sempre presente, sem descuidar quanto à preocupação com a não agressão ao meio ambiente e à saúde dos consumidores, fundamentais para o surgimento de oportunidades negociais na nova ordem econômica mundial.

#### **2 Programas de financiamento do FNO**

No exercício de 2004, 11 programas de financiamento foram operacionalizados, atendendo atividades econômicas dos setores rural, industrial e comércio e serviços, cujas bases e condições são as seguintes:

## **2.1 Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)**

Desenvolve a sustentação econômica das famílias que fazem parte de programas oficiais de assentamento, colonização e reforma agrária, aprovados pelo INCRA, apoiando o Governo Federal na execução de Política de Reforma Agrária e na reorganização fundiária na Região. Proporciona formas de ocupação rentável da mão-de-obra familiar e contribui para a fixação do homem no campo. Financia a agricultura, a aquicultura, o extrativismo vegetal, a pecuária (exclusive a de corte), a pesca artesanal, a produção artesanal e o turismo rural.

### **Sub-programas:**

- 2.1.1 **PRONAF/GRUPO A** - beneficiários: assentados pelo Programa Nacional da Reforma Agrária, que não foram contemplados com financiamentos do Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária – PROCERA ou com crédito de investimento para estruturação no âmbito do PRONAF;
- 2.1.2 **PRONAF/GRUPO B** - beneficiários: agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, silvicultores e aquícultores, na condição de proprietário, posseiro, arrendatário ou parceiro, com renda bruta de até R\$ 2.000,00;
- 2.1.3 **PRONAF/GRUPO A/C** – beneficiários: agricultores familiares e trabalhadores rurais que se habilitem ao primeiro crédito de custeio isolado;
- 2.1.4 **PRONAF/GRUPO C** – beneficiários: agricultores familiares e trabalhadores rurais com área não superior a quatro módulos fiscais e renda bruta anual familiar entre R\$ 2.000,00 e R\$ 14.000,00;
- 2.1.5 **PRONAF/GRUPO D** – beneficiários: agricultores familiares e trabalhadores rurais com área não superior a quatro módulos fiscais e renda bruta anual familiar entre R\$ 14.000,00 e R\$ 40.000,00;
- 2.1.6 **PRONAF-FLORESTA** – beneficiários: agricultores familiares, enquadrados nos Grupos “B”, “C” e “D”, com financiamentos em projetos de silvicultura e sistemas agroflorestais, incluindo-se os custos relativos à implantação e manutenção do empreendimento;
- 2.1.7 **PRONAF-AGREGAR** - beneficiários: agricultores familiares, enquadrados nos Grupos “B”, “C” e “D”, cooperativas e associações, para investimentos, inclusive em infra-estrutura, que visem o beneficiamento, o processamento e a comercialização da produção agropecuária ou de produtos artesanais e a exploração de turismo rural;
- 2.1.8 **PRONAF-INTEGRADO COLETIVO** - beneficiários: agricultores familiares, cooperativas ou associações, para financiamento da ampliação, recuperação ou modernização de infra-estrutura de produção e de serviços agropecuários e não agropecuários;
- 2.1.9 **PRONAF-PESCA E AQUICULTURA** – beneficiários: pescadores artesanais, enquadrados nos Grupos “B”, “C” e “D”, associações, cooperativas e colônias legalmente constituídas, para estimular a melhoria da qualidade de vida e dotar a pesca artesanal de meios de produção adequados.

## **2.2 Programa de Financiamento às Atividades Agropecuárias (FNO-Agropecuária)**

Incentiva a utilização de áreas alteradas/degradadas com sistemas sustentáveis de usos alternativos do solo, priorizando a incorporação de tecnologias mitigadoras de impactos ambientais e apoiando a verticalização da produção. Contribui para a formação da infra-estrutura de apoio à produção e acesso aos mercados, incentivando processos de produção mais competitivos e induzindo os produtores e empresas a considerarem o meio ambiente como negócio.

### **2.3 Programa de Financiamento às Atividades Florestais (FNO-Floresta)**

Incentiva tecnologias para racionalização do uso dos recursos florestais e minimização dos impactos nos ecossistemas, induzindo os produtores e empresas a considerarem o meio ambiente como variável econômica nas decisões de seus negócios, bem como racionalizando o uso de recursos florestais de modo a manter a sustentabilidade dos ecossistemas, através da prática do manejo florestal.

### **2.4 Programa de Financiamento à Pesca e Aqüicultura (FNO-Pesca e Aqüicultura)**

Estimula o incremento da produção dos pescadores artesanais, a fim de melhorar suas qualidades de vida, utilizando os recursos naturais de forma sustentável e fortalecendo suas colônias, associações e cooperativas.

### **2.5 Programa de Financiamento às Micro e Pequenas Empresas (FNO-Micro e Pequena Empresa)**

Crédito específico para micro e pequenos empreendimentos dos setores agroindustrial, industrial, infra-estrutura e de turismo, mediante programa em condições diferenciadas, com o objetivo de diversificar a estrutura econômica e o crescimento do mercado regional. Proporciona condições para a expansão e verticalização das atividades econômicas e o incremento do mercado interno regional.

### **2.6 Programa de Financiamento à Agroindústria (FNO-Agroindústria)**

Financia bens e serviços necessários à implantação, ampliação, modernização, adequação ambiental ou realocação de agroindústrias de médio e grande porte.

### **2.7 Programa de Financiamento à Indústria (FNO-Indústria)**

Apóia projetos de melhoria da infra-estrutura econômica em plantas industriais de médio e grande porte, relacionadas às indústrias extrativa, de transformação, construção civil, redução do consumo de energia elétrica das empresas e que busquem a auto-suficiência na geração de energia elétrica.

### **2.8 Programa de Financiamento ao Turismo Sustentável (FNO-Turismo)**

Desenvolve o turismo, apoiando iniciativas no segmento convencional e ecoturismo em bases sustentáveis e visando ampliar a competitividade por meio da oferta estruturada de serviços.

### **2.9 Programa de Financiamento à Exportação (FNO-Exportação)**

Financia a implantação, ampliação, modernização e realocização de empresas exportadoras, na produção e comercialização de produtos, no reforço do capital de giro e aquisição de ativos fixos, em condições compatíveis ao mercado internacional.

### **2.10 Programa de Financiamento ao Comércio e à Prestação de Serviços (FNO-Comércio e Serviço)**

Prioriza micro, pequenas e médias empresas do setor de comércio e serviços, em atividades complementares às dos setores primário e secundário já apoiadas pelo FNO, incentivando a produção, adaptação ou absorção de tecnologias, geração de conhecimento e a modernização tecnológica.

### **2.11 Programa de Financiamento à Infra-Estrutura Econômica (FNO-Infra-Estrutura)**

Financiamento de melhorias na infra-estrutura econômica regional, com ênfase na geração, distribuição e conservação de energia elétrica, produção e distribuição de gás encanado, captação, tratamento e distribuição de água, esgotamento sanitário, transporte de cargas, armazenagem e comunicações.

## **3. Resultados esperados**

Para o exercício de 2004, a estimativa total de recursos financeiros do Fundo foi de R\$ 786,5 milhões, para contratação de operações de crédito, conforme previsto no Plano de Aplicação 2004-2006 e a seguir especificado:

	<b>R\$ Milhões</b>	<b>%</b>
<b>A) Entrada de Recursos:</b>	<b>1.541,9</b>	<b>100,0</b>
- Disponibilidade em 31/12/2003 (base: 31.08.2003).....	534,9	34,7
- Estimativa de Ingressos via repasse STN .....	628,8	40,8
- Estimativa de reembolso de créditos em 2004 .....	319,7	20,7
- Remuneração do Disponível .....	58,5	3,8
<b>B) Desembolso de Recursos:</b>	<b>755,4</b>	<b>100,0</b>
- Despesa com taxa de Administração .....	125,5	16,6
- Despesa com del credere.....	77,5	10,3
- Despesa de Auditoria .....	0,1	0,0
- Bônus de adimplência .....	141,3	18,7
- Despesas de Renegociação (inclusive Rebates) .....	74,8	9,9

- Liberações de operações já contratadas (base: 31.08.2003)..... 336,2 44,5  
**C) Previsão de recursos disponíveis para 2004 (A-B) 786,5**

**PREVISÃO DE APLICAÇÕES POR ATIVIDADE / ESTADO**  
**2004**

R\$ milhões

Atividade Econômica	AC	AM	AP	PA	RO	RR	TO	TOTAL
<b>Agricultura Familiar e Extrativismo</b>	19,7	21,2	18,1	58,9	35,4	22,1	36,0	211,4
<b>Agropecuária</b>	15,8	11,8	15,7	19,6	17,7	23,5	45,3	149,4
<b>Pesca e Aquicultura</b>	3,1	27,1	6,3	27,5	9,4	9,4	5,9	88,7
<b>Desenvolv. Florestal</b>	9,4	7,1	7,9	9,8	3,5	3,1	0,6	41,4
<b>Indústria</b>	9,4	14,2	7,1	28,6	11,8	4,7	17,7	93,5
<b>Agroindústria</b>	5,5	8,3	5,1	9,8	17,7	2,4	5,9	54,7
<b>Turismo</b>	3,1	11,8	5,1	5,9	2,4	1,6	2,4	32,3
<b>Comércio e Serviços</b>	7,9	11,8	7,9	19,6	11,8	7,9	1,2	68,1
<b>Exportação</b>	2,4	3,5	0,8	6,9	2,4	2,4	0,6	19,0
<b>Infra-estrutura</b>	2,4	1,2	4,7	9,8	5,9	1,6	2,4	28,0
<b>TOTAL</b>	<b>78,7</b>	<b>118,0</b>	<b>78,7</b>	<b>196,4</b>	<b>118,0</b>	<b>78,7</b>	<b>118,0</b>	<b>786,5</b>
<b>REPRES. ESTADO %</b>	<b>10</b>	<b>15</b>	<b>10</b>	<b>25</b>	<b>15</b>	<b>10</b>	<b>15</b>	<b>100</b>

Os recursos tiveram a seguinte distribuição:

As metas de aplicação de recursos por Unidade da Federação e setores produtivos constituem, apenas, um balizamento para o planejamento da atuação do FNO, sendo passíveis de ser alteradas de acordo com a dinâmica do desenvolvimento regional, decorrente da intervenção planejada dos diversos níveis de Governos.

O atingimento das metas pressupõe a realização de um conjunto de ações (previstas nos Planos Estaduais de Aplicação Anual dos Recursos) e de múltiplas parcerias do Banco da Amazônia em todos os níveis institucionais, de modo a desenvolver um processo participativo com os agentes e atores do desenvolvimento regional, visando maximizar a eficiência do instrumento creditício como fator para minimizar as desigualdades intra e inter-regionais.

A aplicação dos recursos do FNO na Região, através da concessão de financiamentos às atividades

**PREVISÃO DE APLICAÇÕES POR PROGRAMA / ESTADO**  
**2004**

R\$ milhões

Programa	AC	AM	AP	PA	RO	RR	TO	TOTAL
FNO-PRONAF	19,7	21,2	18,1	58,9	35,4	22,1	36,0	211,4
FNO-Agropecuária	15,8	11,8	15,7	19,6	17,7	23,5	45,3	149,4
FNO-Pesca e Aquicultura	3,1	27,1	6,3	27,5	9,4	9,4	5,9	88,7
FNO-Floresta	9,4	7,1	7,9	9,8	3,5	3,1	0,6	41,4
FNO-Indústria	7,8	5,9	3,2	13,9	5,3	1,9	8,3	46,3
FNO-Micro e Pequena Empresa	7,2	27,2	14,2	33,3	23,6	9,6	13,7	128,8
FNO-Agroindústria	3,9	2,4	2,3	4,7	8,3	0,8	2,4	24,8
FNO-Turismo	1,5	5,3	2,3	2,4	1,2	0,7	2,2	15,6
FNO-Comércio e Serviço	5,5	5,3	3,2	9,6	5,3	3,6	0,6	33,1
FNO-Exportação	2,4	3,5	0,8	6,9	2,4	2,4	0,6	19,0
FNO-Infra-estrutura	2,4	1,2	4,7	9,8	5,9	1,6	2,4	28,0
<b>TOTAL</b>	<b>78,7</b>	<b>118,0</b>	<b>78,7</b>	<b>196,4</b>	<b>118,0</b>	<b>78,7</b>	<b>118,0</b>	<b>786,5</b>

produtivas, objetiva alcançar as seguintes metas:

### 3.1 Metas físicas e financeiras

A dotação estimada de recursos, da ordem de R\$ 786,5 milhões, mereceu a seguinte previsão

	Anos	AC	AM	AP	PA	RO	RR	TO	TOTAL
<b>FINANCIAMENTOS A CONTRATAR</b>	<b>Previsão de aplicação de recursos (R\$ milhões)</b>								
	<b>2004</b>	78,7	118,0	78,7	196,4	118,0	78,7	118,0	786,5
	<b>2005</b>	66,0	99,0	66,0	165,1	99,0	66,0	99,0	660,1
	<b>2006</b>	69,3	104,0	69,3	173,3	104,0	69,3	104,0	693,2
	<b>Estimativa do número de beneficiários/projetos</b>								
	<b>2004</b>	4.500	4.000	2.500	7.400	5.500	3.500	5.500	32.900
	<b>2005</b>	3.800	3.400	2.100	6.200	4.600	2.900	4.600	27.600
<b>2006</b>	4.000	3.500	2.200	6.500	4.800	3.100	4.800	28.900	
<b>BENEFÍCIOS SOCIOECONÔMICOS</b>	<b>Contribuição ao aumento de oportunidades de trabalho</b>								
	<b>2004</b>	8.400	15.400	5.800	21.600	11.300	11.300	16.100	89.900
	<b>2005</b>	7.044	12.920	4.864	18.158	9.481	9.476	13.508	75.451
	<b>2006</b>	7.397	13.573	5.107	19.059	9.959	9.950	14.190	79.236
	<b>Contribuição ao aumento do Valor Bruto da Produção (R\$ milhões)</b>								
	<b>2004</b>	98,2	159,2	118,6	253,4	160,8	112,5	142,6	1.045
	<b>2005</b>	82,4	133,6	99,5	213,0	134,9	94,3	119,6	877
<b>2006</b>	86,5	140,3	104,4	223,6	141,7	99,1	125,7	921	

de alocação por programa de financiamento e por estado:

Fonte: Banco da Amazônia/Plano de Aplicação de Recursos 2004-2006

Para o alcance dessas metas, foi considerada a possibilidade de condições favoráveis para o desenvolvimento de ações induzidas no sistema de alocação dos recursos, objetivando perseguir a eficiência do crédito e a superação das dificuldades em relação aos aspectos de serviços de assistência técnica e extensão rural, suporte tecnológico, infra-estrutura de apoio à produção, oferta de insumos e organização dos produtores. Nesse sentido, a função dos estados e dos municípios é de fundamental importância no processo de desenvolvimento regional.

### **3.2 Objetivos**

#### **a) Na Economia Regional**

- 1) Aumentar o valor agregado bruto regional;
- 2) Aumentar a arrecadação de impostos e taxas;
- 3) Aumentar a oportunidade de emprego, de ocupação de mão-de-obra e da massa salarial;
- 4) Diminuir o êxodo rural pelo estímulo à permanência do homem no campo;
- 5) Introduzir tecnologias capazes de superar o estado de atraso da economia regional;
- 6) Contribuir para o aumento dos excedentes exportáveis;
- 7) Internalizar renda a partir da verticalização da produção das matérias-primas, através de estímulos às agroindústrias e indústrias regionais;
- 8) Minimizar as desigualdades internas da Região através de incentivo à formação de novos pólos econômicos no interior;
- 9) Melhorar o abastecimento interno de produtos básicos;
- 10) Promover a auto-sustentabilidade dos empreendimentos econômicos regionais; e
- 11) Estimular o aproveitamento econômico da flora regional.

#### **b) Aos Beneficiários**

- 1) Proporcionar a elevação da renda real do produtor, através do acréscimo da taxa de lucro;
- 2) Melhorar a qualidade de vida do produtor rural e do empresário industrial e de seus familiares e empregados; e
- 3) Criar oportunidades para a utilização da mão-de-obra dos membros das famílias dos mini e pequenos produtores.

#### **c) Ao Consumidor**

- 1) Contribuir para a maximização da renda dos consumidores, como reflexo da redução dos preços relativos dos produtos agrícolas e industriais; e
- 2) Melhorar o bem-estar social da população em termos de padrão alimentar.

#### d) Ao Meio Ambiente

- 1) Proporcionar mecanismos de reabilitação de áreas alteradas, ou em vias de degradação, mediante a adoção de tecnologias apropriadas;
- 2) Promover o desenvolvimento da Região, de forma econômica e ecologicamente sustentável;
- 3) Conter o avanço do desmatamento desordenado.

#### e) Ao Banco da Amazônia S. A.

- 1) Fortalecer a instituição e promover a sua consolidação como agente financeiro fomentador do desenvolvimento socioeconômico da Amazônia.

### 4 Movimentação de recursos

No Exercício de 2004, o Governo Federal repassou à conta do FNO recursos da ordem de **R\$ 695.439,8 mil**, referentes à atualização monetária do REFIS 2000 e 2001 (R\$ 114,7 mil) e aos saldos de arrecadação do 3º decêndio de novembro/2003 até o 2º dedêndio de dezembro de 2004 (R\$ 695.325,1 mil), mensalmente, conforme indica a **tabela 1**.

**TABELA 1 VALORES REPASSADOS PARA O FNO EM 2004**

MÊS	R\$ mil
Janeiro	85.945,3
Fevereiro	54.420,0
Março	61.143,3
Abril	56.939,4
Maio	58.136,7
Junho	46.238,0
Julho	49.755,4
Agosto	58.241,4
Setembro	45.930,5
Outubro	58.476,7
Novembro	53.804,7
Dezembro	66.408,4
<b>Total</b>	<b>695.439,8</b>

Fonte: Banco da Amazônia – Gerência de Controladoria

Os valores repassados possibilitaram um total de recursos de R\$ 1.710.203,7 mil, assim pormenorizados:

(+) Disponível em 31/12/2003	R\$ 365.440,7 mil
(+) Ingressos	R\$ 695.439,8 mil
(+) Reembolsos, Cob Aval e Risco BASA	R\$ 605.198,7 mil
(+) Remuneração do Disponível	R\$ 44.124,5 mil
Total de entradas	R\$ 1.710.203,7 mil

As saídas totalizaram **R\$ 1.513.213,3 mil**, assim discriminadas:

(-) Desembolsos	R\$ 1.240.463,6 mil
(-) Renegociação operações -Leis 10177/10696	R\$ 33.710,7 mil
(-) Taxa de Administração	R\$ 139.088,0 mil
(-) Despesas de Auditoria	R\$ 95,3 mil
(-) Del credere	R\$ 90.051,8 mil
(-) Del credere de op. CL-BASA renegociadas	R\$ 9.769,8 mil
(-) Remuneração do Agente:Pronaf B, A/C,Floresta	R\$ 34,1 mil
Total de saídas	R\$ 1.513.213,3 mil
Saldo disponível ao final do Exercício	R\$ 196.990,4 mil
(-) Liberações futuras-op.contratadas	R\$ 196.990,4 mil
(-) Op.Deferidas a contratar	R\$ 161.255,6 mil
(-) Previsão de liberações px.exercício	R\$ 59.083,0 mil
(-) Propostas em carteira-em análise	R\$ 831.175,0 mil
Resultado (carência de recursos)	R\$ 1.051.513,6 mil

## 5 Desempenho operacional

No exercício de 2004, foram contratadas **38.364** operações de crédito, totalizando **R\$ 1.321.092,1 mil**. O número de contratos, bem como o valor contratado, superaram em **63%** e **23%** respectivamente, o registrado no Exercício/2003. O setor rural demandou a maior parte dos recursos, com **66,50%** dos valores contratados.

### TABELA 2 OPERAÇÕES CONTRATADAS POR SETOR ECONÔMICO EM 2004

SETOR	Nº OPERAÇÕES	%	VALOR	%
Rural	37.716	98,31	878.468,6	66,50
Industrial	545	1,43	397.361,7	30,08
Comércio e Serviços	103	0,27	45.261,8	3,43
<b>Total</b>	<b>38.364</b>	<b>100,00</b>	<b>1.321.092,1</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Banco da Amazônia/Sist. Controle de Operações

Na **tabela 3**, verifica-se presente a prioridade no atendimento aos segmentos de menor porte (cooperativas, mini/micro e pequenos) responderam por **94%** do total das contratações (36.124 operações), o que evidencia a observância às diretrizes do FNO, na valorização das atividades produtivas de mini e pequenos empresários rurais e micro e pequenas empresas, com ênfase para os programas destinados ao apoio da pequena produção regional.

**TABELA 3 OPERAÇÕES CONTRATADAS POR PORTE DO BENEFICIÁRIO EM 2004**

Porte / Setor	RURAL				INDUSTRIAL				COMÉRCIO E SERVIÇOS				TOTAL			
	Nº OP.	%	R\$ mil	%	Nº OP.	%	R\$ mil	%	Nº OP.	%	R\$ mil	%	Nº OP.	%	R\$ mil	%
Mini/micro	35.191	93,3	343.511,3	39,1	67	12,3	5.448,0	1,4	14	13,6	839,4	1,9	35.272	91,9	349.798,7	26,5
Pequeno	689	1,8	46.489,3	5,3	110	20,2	25.697,4	6,5	44	42,7	8.060,0	17,8	843	2,2	80.246,8	6,1
Médio	1.453	3,9	266.942,0	30,4	73	13,4	68.752,4	17,3	39	37,9	24.089,3	53,2	1.565	4,1	359.783,7	27,2
Grande	374	1,0	220.690,1	25,1	295	54,1	297.463,9	74,9	6	5,8	12.273,0	27,1	675	1,8	530.427,0	40,2
Cooperativas	9	0,0	835,9	0,1	0	0,0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0,0	9	0,0	835,9	0,1
<b>Total</b>	<b>37.716</b>	<b>100,0</b>	<b>878.468,6</b>	<b>100,0</b>	<b>545</b>	<b>100,0</b>	<b>397.361,7</b>	<b>100,0</b>	<b>103</b>	<b>100,0</b>	<b>45.261,8</b>	<b>100,0</b>	<b>38.364</b>	<b>100,0</b>	<b>1.321.092,1</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Banco da Amazônia – Sist. Controle de Operações

A existência de condições especiais para o apoio à pequena produção, como prazos de carência e de pagamento; redução nos encargos financeiros, cuja variação se dá de acordo com a modalidade do crédito e a natureza da atividade contemplada pelos programas de financiamento; sistema de garantias; e limite máximo financiável (até 100% dos planos de negócios) justificam a demanda por esses programas.

A distribuição espacial dos recursos por setor econômico é identificada através da **tabela 4**. A demanda por financiamentos está diretamente relacionada à existência de zonas de fronteira agrícola em contínuo crescimento; crescimentos vegetativos localizados; facilidades de acesso aos mercados do Centro-Sul e Nordeste do País; e melhores condições de infra-estrutura, entre outros fatores.

**TABELA 4 OPERAÇÕES CONTRATADAS POR ESTADO E POR SETOR ECONÔMICO EM 2004**

ESTADO	RECURSOS APLICADOS (R\$ mil) (a)	POPULAÇÃO DE HAB) (Nº (b)	EXTENSÃO TERRITORIAL (Km2) (b)	R\$/Hab.	R\$/Km2
Acre	46.891,1	634.869	152.522,0	73,86	307,44
Amapá	6.757,6	580.833	142.815,8	11,63	47,32
Amazonas	166.344,9	3.204.954	1.570.946,8	51,90	105,89
Pará	527.065,5	6.879.526	1.247.702,7	76,61	422,43
Rondônia	227.419,3	1.516.482	237.564,5	149,97	957,30
Roraima	28.070,4	383.487	224.118,0	73,20	125,25
Tocantins	318.543,2	1.288.338	277.297,8	247,25	1148,74
<b>Total</b>	<b>1.321.092,1</b>	<b>14.488.489</b>	<b>3.852.967,6</b>	<b>91,18</b>	<b>342,88</b>

Fonte: (a) Banco da Amazônia – Sist. Controle de Operações

(b) IBGE – Contas Regionais do Brasil 1998-2001

Considerando a aplicação dos recursos pelo número de habitantes, os estados que mais se destacaram, no ano de 2004, foram Tocantins, Rondônia e Pará. Já, quanto à distribuição dos recursos conforme a extensão territorial dos estados, Tocantins, também, é o que mais se destaca, seguido por Rondônia e Pará, conforme mostra a **tabela 5**.

**TABELA 5 RECURSOS APLICADOS POR HABITANTE E EXTENSÃO TERRITORIAL EM 2004**

ESTADO	Rural		Industrial		Comércio e Serviços		Total	
	Nº OP.	R\$ mil	Nº OP.	R\$ mil	Nº OP.	R\$ mil	Nº OP.	R\$ mil
Acre	1.544	31.125,2	48	10.679,6	10	5.086,3	1.602	46.891,1
Amapá	182	4.315,4	5	459,1	3	1.983,1	190	6.757,6
Amazonas	3.314	36.195,1	46	116.866,0	24	13.283,8	3.384	166.344,9
Pará	15.317	319.712,6	324	188.810,1	30	18.542,8	15.671	527.065,5
Rondônia	10.322	168.233,9	68	54.624,9	22	4.560,6	10.412	227.419,3
Roraima	513	24.830,5	26	2.893,8	5	346,0	544	28.070,4
Tocantins	6.524	294.056,0	28	23.028,1	9	1.459,2	6.561	318.543,2
<b>Total</b>	<b>37.716</b>	<b>878.468,6</b>	<b>545</b>	<b>397.361,7</b>	<b>103</b>	<b>45.261,8</b>	<b>38.364</b>	<b>1.321.092,1</b>

Fonte: Banco da Amazônia - Sist. Controle de Operações

A **tabela 6**, apresentada a seguir, demonstra que no exercício de 2004, os programas PRONAF, do setor rural, que atendem ao segmento da agricultura de base familiar, obtiveram apoio financeiro da ordem de **R\$ 352,1 milhões**, gerando a ocupação de mais de 139 mil novas ocupações no campo, exclusivamente

com mão-de-obra familiar, beneficiando mais de 34 mil famílias de pequenos agricultores, extrativistas, pescadores, entre outras categorias.

Juntamente com a geração de oportunidades de trabalho, outros objetivos são ainda alcançados, como a redução do êxodo rural, indução ao uso de matérias-primas e mão-de-obra locais. Tais fatores contribuem para maior geração de renda, bem como aumentam a demanda interna, estimulando o crescimento da arrecadação tributária e perspectivas da abertura de mercados, induzindo ao desenvolvimento regional.

Os resultados decorrem, em geral, da prioridade de atendimento aos pequenos produtores regionais, mediante a implementação de estímulos a projetos que conciliem três eixos básicos: viabilidade econômica, sustentabilidade ambiental e justiça social.

TABELA 6 OPERAÇÕES CONTRATADAS POR PROGRAMA E POR ESTADO  
Exercício/2004

PROGRAMA / ESTADO	ACRE		AMAPÁ		AMAZONAS		PARÁ		RONDÔNIA		RORAIMA		TOCANTINS		TOTAL	
	QDE.	R\$ mil	QDE.	R\$ mil	QDE.	R\$ mil	QDE.	R\$ mil	QDE.	R\$ mil	QDE.	R\$ mil	QDE.	R\$ mil	QDE.	R\$ mil
<b>1.RURAL</b>	<b>1.544</b>	<b>31.125,2</b>	<b>182</b>	<b>4.315,4</b>	<b>3.314</b>	<b>36.195,1</b>	<b>15.317</b>	<b>319.712,6</b>	<b>10.322</b>	<b>168.233,9</b>	<b>513</b>	<b>24.830,5</b>	<b>6.524</b>	<b>294.056,0</b>	<b>37.716</b>	<b>878.468,6</b>
FNO NORMAL	98	14.878,0	2	651,8	58	7.407,4	208	29.233,4	192	24.396,5	20	3.512,0	540	125.426,8	1.118	205.505,8
FNO AGROPECUÁRIA	23	8.468,5	7	1.000,2	115	10.197,1	626	145.386,8	422	43.007,7	73	16.456,0	558	121.991,3	1.824	346.507,7
PRONAF A	295	3.286,6	99	1.365,3	180	2.088,0	3.443	48.512,9	1.070	12.523,6	303	3.675,2	1.274	17.416,2	6.664	88.867,8
PRONAF A/C	-	-	2	5,5	5	12,9	398	1.219,5	39	110,5	5	11,6	1.516	3.705,6	1.965	5.065,6
PRONAF AGREGAR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	16,2	-	-	-	-	1	16,2
PRONAF AGROINDÚST	-	-	-	-	-	-	1	189,3	-	-	-	-	-	-	1	189,3
PRONAF B	797	796,3	-	-	1.744	1.726,4	1.555	1.553,8	673	670,6	19	19,0	24	23,2	4.812	4.789,3
PRONAF C	124	548,6	-	-	215	690,5	3.142	13.661,8	757	3.374,7	7	20,5	1.361	7.382,8	5.606	25.678,9
PRONAF D	190	2.802,4	69	1.232,8	934	13.040,9	5.881	78.761,6	7.038	81.874,1	71	857,8	1.112	15.687,7	15.295	194.257,3
PRONAF E	17	344,8	3	59,8	63	1.031,9	63	1.193,4	130	2.259,9	15	278,4	139	2.422,4	430	7.590,7
<b>2.INDUSTRIAL</b>	<b>58</b>	<b>15.766,0</b>	<b>8</b>	<b>2.442,2</b>	<b>70</b>	<b>130.149,8</b>	<b>354</b>	<b>207.352,9</b>	<b>90</b>	<b>59.185,4</b>	<b>31</b>	<b>3.239,8</b>	<b>37</b>	<b>24.487,4</b>	<b>648</b>	<b>442.623,5</b>
FNO COM E SERVIÇO	10	5.086,3	3	1.983,1	24	13.283,8	30	18.542,8	22	4.560,6	5	346,0	9	1.459,2	103	45.261,8
FNO EXPORTAÇÃO	6	2.094,2	-	-	1	11.760,8	258	131.783,8	30	2.492,4	9	771,9	-	-	304	148.903,1
FNO AGROPECUÁRIA	1	63,4	-	-	1	90,0	-	-	-	-	-	-	1	13,3	3	166,6
FNO INDÚSTRIA	3	1.461,7	1	100,0	18	66.314,4	18	41.043,2	8	8.257,2	3	484,2	12	13.298,8	63	130.959,5
FNO INFRA-ESTRUTUR	-	-	-	-	3	23.747,4	-	-	1	27.504,3	-	-	-	-	4	51.251,7
FNO PESCA AQUICULT	-	-	-	-	-	-	2	398,5	-	-	-	-	-	-	2	398,5
FNO AGROINDÚSTRIA	-	-	-	-	1	165,1	3	5.534,1	2	9.226,9	-	-	2	7.655,2	8	22.581,3
FNO TURISMO	-	-	-	-	1	10.000,0	2	856,3	1	3.218,5	-	-	1	69,8	5	14.144,6
FNO MICRO PEQ EMPR	38	7.060,4	4	359,1	21	4.788,4	41	9.194,3	26	3.925,6	14	1.637,7	12	1.991,0	156	28.956,4
<b>Total</b>	<b>1.602</b>	<b>46.891,1</b>	<b>190</b>	<b>6.757,6</b>	<b>3.384</b>	<b>166.344,9</b>	<b>15.671</b>	<b>527.065,5</b>	<b>10.412</b>	<b>227.419,3</b>	<b>544</b>	<b>28.070,3</b>	<b>6.561</b>	<b>318.543,3</b>	<b>38.364</b>	<b>1.321.092,1</b>

Fonte: Banco da Amazônia – Sist. Controle de Operações

## 6 Resultado financeiro

O Patrimônio Líquido do FNO totalizou **R\$ 5.810.734 mil**, evoluindo **20%** em relação aos R\$ 4.848.014 mil registrados em 31.12.2003, correspondente aos repasses do Tesouro, R\$ 695.440 mil, mais os repasses do Tesouro nos exercícios anteriores, R\$ 3.516.248 mil; resultado de exercícios anteriores, R\$ 1.331.766 mil; e resultado do exercício, R\$ 267.280 mil.

As operações de crédito com risco do Fundo totalizaram R\$ 2.777,8 milhões e as com risco compartilhado, R\$ 3.275,4 milhões. A provisão por bônus de adimplência foi de R\$ 453,8 milhões.

## 7 Resultado fiscal

Examinando-se as metas fiscais do FNO - Exercício de 2004, quanto a movimentação de recursos, verifica-se que o efetivado superou em mais de 33% a estimativa existente, conforme demonstrado na Tabela 7, abaixo:

**TABELA 7 - ACOMPANHAMENTO DAS METAS FISCAIS DO FNO-EXERCÍCIO 2004 - MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS**

R\$ milhões

	Estimativa (1)	Efetivado (2)	Varição % (2/1)
I .Reembolso de Crédito em 2004	378,2	649,3	71,7
✓ <b>Amortização de Contratos</b>	<b>319,7</b>	<b>605,2</b>	
✓ <b>Remuneração do Disponível</b>	<b>58,5</b>	<b>44,1</b>	
II . Ingressos de Recursos via Gov.Federal	628,8	695,4	10,6
Total (I+II)	1.007,0	1.344,7	33,5

**Fonte: BASA-GERIN/GECON**

Com relação à distribuição de recursos do FNO por unidade federativa, verifica-se que as metas previstas foram plenamente efetivadas nos estados do Amazonas, Pará Rondônia e Tocantins. No geral, a

distribuição de recursos efetivada na Região superou em 68% a estimativa inicial, conforme demonstrado na Tabela 8, a seguir:

**TABELA 8 – DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS DO FNO POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO**

**R\$ milhões**

<b>ESTADO</b>	<b>ESTIMATIVA (1)</b>	<b>EFETIVADO (2)</b>	<b>% (2/1)</b>
ACRE	78,7	46,9	59,6
AMAPÁ	78,7	6,8	8,6
AMAZONAS	118,0	166,4	141,0
PARÁ	196,4	527,1	268,4
RONDÔNIA	118,0	227,4	192,7
RORAIMA	78,7	28,1	35,7
TOCANTINS	118,0	318,5	269,9
<b>TOTAL</b>	<b>786,5</b>	<b>1.321,1</b>	<b>168,0</b>

**Fonte: BASA-GERIN/GERAC**

## 8 Ações visando redução da inadimplência

Um plano de ação gerencial foi implementado pelo Banco com o objetivo de reduzir o nível de inadimplência nas operações contratadas junto ao Fundo.

Essas ações são as seguintes:

1. Criação de uma Coordenadoria na Gerência de Administração de Crédito – GERAC, composta por 11 técnicos, voltada exclusivamente para a renegociação e/ou recuperação de parcelas vencidas;
2. Seleção e treinamento de mão-de-obra em todas as unidades do Banco, inclusive nas Gerências Regionais, para executar exclusivamente tarefas de renegociação/recuperação de créditos;

3. Criação do Grupo de Trabalho-Recuperação de Crédito, sob a responsabilidade da GERAC, composto por 6 profissionais – um gerente de agência, advogados e engenheiros. Esse GT tem a responsabilidade de renegociar e/ou recuperar as 50 maiores operações inadimplidas do Banco;
4. Uniformização de modelos de pareceres, evitando-se re-serviços;
5. Melhoria e parametrização dos normativos de renegociação/recuperação de crédito;
6. Elevação das alçadas nos diversos níveis do Colegiado, como forma de se ter velocidade nas decisões; e
7. Controles de administração preventivos, evitando-se com que as operações saudáveis possam inadimplir. Entre as medidas, está a geração de relatórios com 90 dias de antecedência ao vencimento de qualquer parcela.

**TABELA 9. INADIMPLÊNCIA DAS OPERAÇÕES POR ESTADO - posição Dezembro/2004**

Período contratação = 1989 a 30.11.1998				R\$ Mil
ESTADO	OPERAÇÕES NORMAIS	OPERAÇÕES EM ATRASSO	OPERAÇÕES TOTAIS	op.at/op.tot. %
Acre	38.073	6.094	44.167	13,8
Amapá	33.064	94.207	127.271	74,0
Amazonas	87.997	110.307	198.304	55,6
Pará	858.024	614.297	1.472.321	41,7
Rondônia	177.641	41.611	219.252	19,0
Roraima	55.721	117.238	172.959	67,8
Tocantins	390.922	154.037	544.959	28,3
<b>TOTAL</b>	<b>1.641.442</b>	<b>1.137.792</b>	<b>2.779.235</b>	<b>40,9</b>

Período contratação = 01.12.1998 a 31.12.2004				R\$ Mil
ESTADO	OPERAÇÕES NORMAIS	OPERAÇÕES EM ATRASSO	OPERAÇÕES TOTAIS	op.at/op.tot. %
Acre	146.454	7.488	153.941	4,9
Amapá	16.343	1.233	17.576	7,0
Amazonas	286.580	21.010	307.590	6,8
Pará	1.308.030	155.267	1.463.297	10,6
Rondônia	451.780	20.443	472.223	4,3
Roraima	33.532	4.996	38.529	13,0
Tocantins	835.298	49.076	884.375	5,5
<b>TOTAL</b>	<b>3.078.017</b>	<b>259.513</b>	<b>3.337.530</b>	<b>7,8</b>

Fonte: Banco da Amazônia - Sist. Controle de Operações

Nota: o valor total das operações não contempla Rendas a apropriar (R\$63.540 mil)

A Tabela 9 expressa a posição do inadimplemento ao término do Exercício de 2004:

### 9.1. Crescimento econômico

Os financiamentos concedidos com os recursos do FNO contribuíram para a alavancagem da economia regional. Foi registrado crescimento no *Valor Bruto da Produção (VBP)*, que, em 2004, alcançou o volume de R\$ 1.805,4 milhões, contribuindo para o incremento do valor agregado do produto regional mediante aumento na oferta de bens e serviços, geração de superávits na balança comercial e ingresso de novos produtos no portfólio regional. Esses fatores levaram, no campo socioeconômico, à redução do êxodo rural; à perspectiva de melhores remunerações e qualidade de vida aos trabalhadores; estímulo ao aproveitamento racional de recursos da natureza; à criação de oportunidades de trabalho para mini e pequenos produtores; e ao incremento de empregos gerados na indústria regional. Dessa forma, a ação creditícia do FNO, em 2004, proporcionou mais de **112 mil** perspectivas de empregos diretos e indiretos dos setores rural, industrial e comércio e serviços.

### 9.2. Incentivo à pesca e aquicultura

Ante a preocupação em oferecer linhas de financiamentos voltadas para incrementar a atividade pesqueira artesanal, foi disponibilizado o PROGRAMA DE FINANCIAMENTO À PESCA E AQUICULTURA (FNO-Pesca e Aqüicultura), com o objetivo de priorizar investimentos nesse segmento econômico. Essa linha de financiamento busca estimular o incremento da produção das pescadoras e pescadores profissionais artesanais, a fim de melhorar a qualidade de vida utilizando os recursos naturais de forma sustentável e fortalecer suas colônias, associações e cooperativas, mediante construção/ampliação e modernização de instalações frigoríficas, beneficiamento e comercialização da produção; bem como máquinas e equipamentos. No exercício de 2004, esse Programa foi responsável pela utilização de recursos da ordem de **R\$-398,5 mil**.

### 9.3. Prioridade ao pequeno produtor/empresário

Os recursos do FNO buscam atender, prioritariamente, segmentos produtivos de menor porte. Entre novembro de 1989 e dezembro de 2004 foram atendidos **211.168** produtores regionais - cooperativas, mini/micros e pequenos produtores e empresas - que absorveram recursos da ordem de **R\$ 4.148,9 milhões**, conforme indica a *tabela 10*.

**TABELA 10 OPERAÇÕES CONTRATADAS POR PORTE DO BENEFICIÁRIO (NOV/1989 A DEZ/2004)**

PORTE DO BENEFICIÁRIO	RURAL		INDUSTRIAL		COMÉRCIO E SERVIÇOS		TOTAL			
	Nº OP.	R\$ mil	Nº OP.	R\$ mil	Nº OP.	R\$ mil	Nº OP.	%	R\$ mil	%
Mini/Micro	199.327	2.692.228,8	725	57.750,6	104	4.534,0	200.156	89,6	2.754.513,4	34,2
Pequeno	9.856	873.524,4	713	429.287,7	287	37.548,1	10.856	4,9	1.340.360,2	16,6
Médio	8.255	1.294.418,1	442	419.839,5	164	66.157,3	8.861	4,0	1.780.414,9	22,1
Grande	2.194	889.833,1	1242	1.216.244,1	14	22.339,2	3.450	1,5	2.128.416,4	26,4
Cooperativas	154	51.672,7	2	2.307,9	0	0,0	156	0,1	53.980,6	0,7
<b>TOTAL</b>	<b>219.786</b>	<b>5.801.677,1</b>	<b>3.124</b>	<b>2.125.429,9</b>	<b>569</b>	<b>130.578,5</b>	<b>223.479</b>	<b>100,0</b>	<b>8.057.685,5</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Banco da Amazônia - Sist. Controle de Operações

Obs.: valores atualizados pela variação cambial de dezembro/2004(US\$1,00 = R\$ 2,6544)

#### 9.4. Fortalecimento da agricultura familiar

Em observância às diretrizes do Fundo, é dada prioridade à **agricultura de base familiar**. Essa medida permitiu que mais de **156 mil famílias** de pequenos agricultores, extrativistas, pescadores, fossem beneficiadas, através dos programas do FNO - Especial (PRONAF "A", PRONAF "C" e PRONAF "D"), com apoio financeiro de **R\$1.982.644,9 mil**.

O apoio creditício gerou mais de **620 mil oportunidades de trabalho** no campo, exclusivamente com mão-de-obra familiar.

Importante mencionar a contribuição do PRONAF "C" no resgate da cidadania dos povos da floresta (agroextrativistas, ribeirinhos e indígenas), ao proporcionar-lhes o direito de acesso ao crédito rural oficial. Através desse Programa foram atendidas mais de **12 mil** famílias de extrativistas, dedicadas à coleta do látex, castanha-do-pará, açaí, guaraná, cupuaçu, entre outros produtos da Região.

As ações de fortalecimento da agricultura familiar se complementam com a orientação das aplicações operacionais para os produtos da cesta básica (arroz, milho, feijão, mandioca, carne e leite), responsáveis pela alimentação da população.

#### 9.5. Fortalecimento das parcerias institucionais

Buscando o fortalecimento das ações creditícias do FNO, são intensificadas, sistematicamente, parcerias institucionais com diversas instituições públicas, em nível federal, estadual e municipal, sobretudo com aquelas que atuam diretamente na economia regional. O fortalecimento dessas parcerias tem refletido diretamente no desempenho operacional do FNO, especialmente quando se constata os benefícios que os recursos do Fundo geram para a Região e seus habitantes.

Para tanto, foram entabuladas negociações com vistas a acordos de cooperação operacional com as demais instituições financeiras federais que atuam na Região, para maior eficácia do fomento, racionalizando custos e disponibilizando melhores serviços à sociedade.

Houve, ainda, encontros com todos os Governadores da Amazônia Legal e Agentes Públicos e Privados da Região, em que foram trabalhadas políticas convergentes e consolidadas parcerias em prol do desenvolvimento, objetivando superar desníveis socioeconômicos, reduzir as desigualdades intra-regionais e obter subsídios para a reformulação das linhas de crédito, inclusive bases e condições operacionais, conforme a realidade regional.

## **9.6. Projeto estratégico**

Considerando o papel desenvolvimentista na Região, o Banco vem delineando importante PROJETO ESTRATÉGICO, abrangendo ações finalísticas do Banco, para traduzir a sua missão institucional em política cotidiana. Para tanto, foi firmado o consenso de o Banco assumir papel destacado na viabilização do desenvolvimento sustentável da Região, possibilitando, simultaneamente, aumento considerável da qualidade de vida da população local; trabalho, geração de renda e oportunidades de negócios, com foco na atividade produtiva de escala micro, pequena e média; e inclusão social em geral e integração dos excluídos do sistema financeiro, levado em conta as particularidades – possibilidades e limitações – do ecossistema amazônico, enquanto patrimônio atual e futuro da Região, do Brasil e da humanidade.

Essa iniciativa fortalecerá estrategicamente a Região, estimulando a ampliação de mercados e a maior competitividade dos produtos regionais, bem como conferindo uma nova dimensão à captação dos recursos de fomento e à atração de investimentos externos, tendo o meio ambiente como oportunidade de negócios sustentáveis.

A inserção competitiva da Amazônia no atual processo de retomada do crescimento econômico nacional deve ser incentivada a partir de suas vocações e potencialidades, associada à dinâmica da economia nacional e mundial.

Dentro desse contexto, o Banco procura estimular a agregação de valor aos produtos naturais, linhas de alimentos orgânicos e serviços ambientais da floresta tropical e todas as alternativas estratégicas de desenvolvimento sustentável, mormente em função da rica biodiversidade existente.

## 10 Metodologia para aferição de resultados

Voltadas para as atividades de fomento e para a efetiva utilização dos recursos do FNO, são empreendidas ações planejadas em conjunto com os diversos segmentos socioeconômicos da Região.

O *Plano de Aplicação dos Recursos do FNO-2004* resultou da prática anual de ações de planejamento/avaliação, de forma a alcançar os objetivos pretendidos.

A etapa de planejamento consistiu na consolidação das propostas havidas nos *Encontros Estaduais de Planejamento para a Aplicação dos Recursos do FNO*, realizados em toda Região, sob enfoque participativo, envolvendo entidades representativas dos setores público e privado, identificando prioridades e os papéis de cada ator no desenvolvimento regional.

Cada uma das atividades prioritárias selecionadas é relacionada às áreas geográficas potenciais de cada estado, destacando as principais oportunidades que favorecem seu desenvolvimento, bem como as condições dificultadoras e ações necessárias para a eficiente alocação dos recursos e conseqüente alavancagem do desenvolvimento regional desejado pela sociedade.

Para a condução de cada atividade foram indicadas as entidades responsáveis, bem como, os parceiros institucionais e os resultados esperados com a gestão da ação. A atuação é realizada de forma compartilhada, buscando-se, sempre, alcançar resultados positivos em benefício de toda a coletividade.

Anualmente, a etapa de planejamento passa por um processo de revisão, com vistas a acompanhar e aferir sistematicamente a implantação dos Planos Estaduais, exercendo função normativa quando necessário.

Os resultados quantitativos desse sistema, aberto e compartilhado, que traduz as prioridades espaços-setoriais por meio das inversões realizadas, são aferidos pelo cálculo de uma **Matriz de Insumo Produto** (MIP), que permite a aferição quantitativa dos impactos socioeconômicos das aplicações, contemplando os multiplicadores de emprego e renda para cada setor de atividade, e os valores dos recursos contratados para cada atividade econômica, obtendo a dimensão do impacto estadual em termos do número de oportunidades de ocupação disponibilizadas, de forma direta e indireta, bem como Valor Bruto da Produção adicionado pelas ações de investimento efetivadas durante o período.

Esses indicadores representam uma ferramenta eficiente para a visualização dos reflexos gerados pela economia regional, abstraindo-se seu grau de dependência, os segmentos de maior destaque e as carências setoriais apresentadas, o que, sem dúvida, permitirá o direcionamento das ações do Fundo na homogeneização das ações em prol do desenvolvimento da Região.

## 11 Ações voltadas para atividades produtivas desenvolvidas por mini e pequenos empreendedores

Uma série de ações foram implementadas pelo Banco para melhor atender ao segmento dos mini e pequenos empreendedores na Região, buscando, dessa forma, ampliar o crédito produtivo para esse segmento.

Essas ações foram:

- 1) Convênio de cooperação geral entre o Banco e o SEBRAE;
- 2) Modificações na política de concessão de crédito, implementadas com o objetivo de induzir a demanda de financiamentos dos programas operacionalizados com recursos do FNO, consistentes em:
  - a) redução do prazo mínimo para a locação de imóvel nos financiamentos dos programas do setor industrial, comercial e de serviços;
  - b) redução da exigência de garantias prévias, para o Programa FNO Especial, de 35% para 30% em operações amparadas pelo FAMPE; e
  - c) aceitação pelo Banco como garantia complementar (compondo a margem regulamentar de 100%) os investimentos realizados por micro e pequenas empresas em Distritos Industriais (terrenos não escriturados), desde que haja o compromisso das entidades públicas proprietárias dos lotes (Governo Federal, Estadual e Municipal) de doar os terrenos tão logo o projeto seja implantado.
- 3) Ajustes nos normativos de crédito de modo a permitir aos mini e pequenos produtores rurais, suas associações e cooperativas de acessar custeio pecuário para retenção de cria, recria e engorda, inclusive manutenção de até duas operações da espécie "em ser", o que antes só era permitido ao médio e grande produtor;
- 4) Extensão de financiamento isolado aos mini e pequenos produtores rurais, suas associações e cooperativas para aquisição de matrizes, novilhas, animais de serviço, reprodutores, inclusive em eventos de exposição de feiras, desde que comprovado o suporte forrageiro;
- 5) Para fomentar a demanda no FNO-Floresta, o Banco participou de Grupo de Trabalho, composto por técnicos do Ministério do Meio Ambiente, Embrapa, Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia – IMAZON, a empresa AIMEX, credenciados do Banco e empresários do setor florestal;
- 6) Participação do Banco da Amazônia em reunião ocorrida em Marabá (PA), conjuntamente com o INCRA e Companhia Vale do Rio Doce, objetivando discutir viabilidade para implantar projetos de reflorestamento com essências exóticas em áreas de assentamento.

- 7) Reunião no Estado do Amapá com atores locais, inclusive participações do INCRA Nacional, para discutir e buscar soluções para a questão fundiária.
- 8) Parceria com a Denpasa/Governo do Estado do Pará para estímulo aos produtores familiares rurais da região de Tailândia (PA).

## **12 Ações de suporte à eficiência do crédito**

O Banco da Amazônia desenvolve a atividade de fomento na Região, interagindo com a sociedade, buscando ampliar vantagens comparativas que assegurem a sustentabilidade dos investimentos, voltados à ampliação e modernização das atividades produtivas.

O objetivo é alcançar um padrão de financiamento de apoio à economia real compatível à visão estratégica de desenvolvimento regional a médio e longo prazos, com base na incorporação de tecnologias limpas e no incentivo ao desenvolvimento de atividades inovadoras.

A distribuição dos recursos creditícios é pautada pela obediência às normas de legislação ambiental, além de funcionar como instrumento de ordenamento territorial e de promoção da sustentabilidade do meio ambiente.

O Banco busca a eficácia da ação creditícia ampliando e fortalecendo alianças com os atores envolvidos no processo de desenvolvimento. Apóia programas voltados à capacitação da mão-de-obra para os setores turístico, rural, agronegócio, à produção comunitária e incentiva o crescimento empresarial de base tecnológica, sobretudo por meio de incubadoras em parceria com universidades.

A linha de atuação foi concebida a partir do conceito de Operações-Programa, que orientam a aplicação dos recursos, atendendo tanto aos princípios do desenvolvimento sustentável quanto às prioridades estratégicas de cada estado da Região, apoiando iniciativas convergentes às suas vocações socioeconômicas.

O crédito está direcionado, prioritariamente, aos mini e pequenos produtores rurais, com ênfase na agricultura familiar, às micro e pequenas empresas e ao apoio às iniciativas relacionadas à inclusão social, segurança alimentar e nutricional, melhoria da base tecnológica na produção e à erradicação do trabalho escravo e infantil.

Desta forma, fica enfatizado o associativismo como meio de organização da produção regional, expandindo operações e incentivando o processamento local de matéria-prima de origem florestal e, a formação de arranjos produtivos locais (APL's) visando à geração de emprego e internalização de renda.

Esta atuação vem transformando a matriz econômica regional, por meio do aumento da produtividade de atividades tradicionais e da introdução de novas tecnologias e atividades sustentáveis, alterando o panorama econômico da Região, com mudanças significativas nas relações setoriais.

A pesquisa científica e o desenvolvimento tecnológico ampliam a competitividade da economia regional e identificam novas oportunidades de investimento. Em apoio às linhas de financiamento do FNO, o Banco participa do Programa de Apoio ao Desenvolvimento de Pesquisas na Amazônia.

Cabe ainda destacar, que a estratégia para o desenvolvimento regional adotada pelo Banco, direcionando aplicações em apoio aos Arranjos Produtivos Locais (APL's), passou a se constituir uma orientação que deverá ser acompanhada pelas demais instituições federais na gestão dos fundos constitucionais.

### **13 Normas para estruturação e padronização dos balanços**

Através de Portaria Interministerial Nº 388, de 31 de dezembro de 2003, assinada conjuntamente pelos ministérios da Fazenda, da Integração Nacional e do Controle e da Transparência, foi instituído Grupo de Trabalho Interministerial – GTI – incumbido da realização de estudos e elaboração de propostas para definição de normas para estruturação e padronização dos balanços e balancetes do FNO, conforme preceituado no artigo 8º, da Lei 10.177, de 14.01.2001.

O GTI é composto de representante do Ministério da Fazenda, Ministério da Integração Nacional e da Controladoria-Geral da União, indicados pelos titulares das respectivas pastas.

### **14 Atendimento às recomendações de fiscalização e controle**

Em observância à recomendação da Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional, o Banco elabora, em conjunto com órgãos públicos e entidades classistas, através de planejamento participativo, planos anuais de destinação de recursos, contemplando ações que visam alcançar a eficiência alocativa, bem como solucionar problemas estruturais internos detectados nos Estados da Região.

### **15 Acompanhamento de Acórdão nº 175/2002 - TCU**

Em cumprimento ao teor do item 8.6 do Acórdão nº 175/2002, do Tribunal de Contas da União – TCU, relativo ao Processo nº 007.857/1999-3, publicado no D.O.U. de 20/05/2002, prestamos as seguintes informações sobre o empreendimento objeto da Cédula de Crédito Industrial nº FMI-ME-027990360-0, responsabilidade da empresa SALTUR – Saldanha Soluções e Turismo Ltda, no município de Guajará Mirim (RO):

- Não obstante o Banco haver solicitado, por diversas vezes, desde julho de 2000, aquando do início das atividades do empreendimento, a apresentação da licença de operação, a mutuária – empresa Saltur – justificou como motivo da negativa a existência de um imbróglcio local IBAMA-SEDAM, responsável pela concessão do documento.

- Com referência aos recursos liberados, conforme consta nos Pareceres 2000/71, de 22.03.2000 e 2000/180, de 27.06.2000, às fls. 461 a 465, 521 e 524 do volume II e do Relatório de Visita de 07.12.2000 às fls. 149 do volume III, a Saltur apresentou recibos e notas fiscais, conforme sintetizado no quadro anexo, que indicam comprovação financeira no montante de R\$-6.022.974,51, quando seria exigida a importância de R\$-5.110.445,27. Portanto, financeiramente, a empresa comprovou a aplicação de R\$-912.529,24 acima do exigido.
- Fisicamente, entretanto, vários itens constantes do Cronograma de Inversões/Plano de Aplicação aprovado, exemplificados abaixo, deixaram de ser executados ou concluídos, justificando a comprovação física de apenas R\$-4.177.961,08, ou seja, R\$-932.484,19 a menor.

PREVISTO	REALIZADO
50 cabanas – construção e refrigeração	28 cabanas concluídas, 8 iniciadas, 4 executadas fundações e infra-estrutura, 4 somente com fundações
Centro de convenções – construção, refrigeração, divisórias moduladas, sonorização	Locação de aterro do prédio, onde foram colocadas 900 carradas de aterro, conforme informações verbais
Torre de Obervação (Mirante) - Construção	Fundações em concreto armado

- Além das inversões anteriores, deixaram de ser adquiridos diversos bens previstos inicialmente, tais como: equipamentos do complexo hoteleiro, duas embarcações em madeira de lei, um motor marítimo MWM e 3 chatas de duralumínio.
- Segundo justificativas da empresa, as edificações deixaram de ser realizadas em virtude da insuficiência de recursos, face à elevação dos preços dos materiais de construção, principalmente o cimento, no decorrer da implantação do projeto.
- Por outro lado, vários itens não previstos no projeto original foram realizados, entre os quais destacamos:
  - a) piscina elevada semi-circular, construída em concreto armado, localizada no prédio do complexo central, tendo sido aplicada a quantia de R\$-102.000,00 na referida construção;
  - b) sistema de abastecimento de água, composto de poço semi-artesiano e reservatório elevado, em concreto armado, com capacidade para 40.000 litros, assentes em estrutura de madeira;
  - c) edificação destinada à casa de força, construída em concreto armado e alvenaria, contendo instalações elétricas e um grupo gerador;
  - d) execução de um apartamento para empregados;

- e) alteração da estrutura das novas cabanas, de madeira para concreto armado;
  - f) um heliporto em forma de círculo, construído em madeira de lei, com área de cerca de 176,00 m<sup>2</sup>;
  - g) construção de um linhão de energia elétrica.
- Em correspondência datada de 15.04.2004, a Gerência Regional de Rondônia – GREG-RO apresentou a seguinte posição sobre o ajuizamento da dívida:
    - a) em 30.03.2004 a Administração da Agência de Guajará-Mirim(RO) encaminhou correspondência à empresa, onde dava um prazo de 15 dias para que caso houvesse proposta de regularização da operação, a mesma fosse apresentada. Naquela mesma data, a mutuária solicitou o extrato de movimentação do financiamento;
    - b) em 13.04.2004, a empresa encaminhou correspondência, informando que estava aguardando visita de equipe oriunda da Direção Geral do Banco para avaliar/estudar o equacionamento do projeto.
  - Através de correspondência datada de 13.05.2004, a Gerência de Administração de Créditos – GERAC repassou orientação à GREG-RO no sentido de que fosse iniciado, imediatamente, o Processo de Execução judicial da Dívida da Saltur.
  - A dívida da mutuária já se encontra ajuizada, desde julho/2004, conforme informações prestadas, via telefone em 19.11.2004, pela empregada Marilene Lima do Nascimento, supervisora da filial de Guajará-Mirim(RO).
  - Em 08.09.2004, a advogada Monameres Grossi, da GREG-RO informou que recebeu da agência Guajará-Mirim(RO), carta precatória expedida pela Seção Judiciária do Distrito Federal (TRF 1ª Região), decorrente de ajuizamento, pela Saltur, de Ação Declaratória, Constitutiva de Direito e Condenatória, contra a União Federal e o Banco da Amazônia S/A.
  - Na referida ação, a Saltur atribui ao Banco da Amazônia a responsabilidade sobre a mora, ante a alegação que foi esse quem primeiro deixou de cumprir com a obrigação de desembolsar recursos financiados.
  - A mais recente fiscalização do projeto, pelos técnicos da agência de Guajará-Mirim(RO), ocorreu em 06.10.2004, ocasião em que foi constatado que o empreendimento se encontra com a mesma dificuldade de funcionamento verificada em vistoriais anteriores.
  - Com base em posição levantada em 18.11.2004, a operação se encontra com saldo vencido de R\$-3.649.575,00, saldo vincendo de R\$-6.719.105,00 e saldo devedor de R\$-10.368.680,00.

**Mâncio Lima Cordeiro**

**Presidente**